

Boletim SOMOS A FLORESTA

ANO 1 - nº 2 - FEVEREIRO 2021 BELÉM/PARÁ - AMAZÔNIA/BRASIL

Editorial

O ano de 2020 foi marcado por uma crise sanitária que assolou o mundo todo. A pandemia de Coronavírus trouxe diversos desafios à sociedade, com desdobramentos na saúde e na economia principalmente. No campo, na cidade e na floresta, a população se deparou com uma realidade dolorosa invadindo seus territórios. Mas diante de tantas dificuldades, ainda tem sobrado espaço para solidariedade e resistência. O autocuidado e o cuidado com o outro se tornou decisivo enquanto ação política no combate à pandemia. Nos territórios amazônidas, indígenas, quilombolas, agroextrativistas, pescadores/as, agricultores/as familiares contribuíram com o isolamento social e com o conhecimento tradicional, na partilha de medicamentos naturais e na doação de alimentos a populações mais vulneráveis, formando uma grande rede de afeto. Agora, dando mais um passo à frente nesse projeto de sociedade voltado à valorização da vida coletiva, reforçamos a importância de ampliar o acesso à vacinação enquanto medida emergencial necessária para resguardar a existência da humanidade, de nossos familiares, das populações tradicionais. Nesta edição, veremos o quanto esta rede de apoio tem sido fundamental no enfrentamento da pandemia, que se soma à potencialidade da vacinação para a garantia da saúde pública, com destaque aos grupos prioritários de populações indígenas e quilombolas.
Boa Leitura!

SAÚDE, SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA

A pandemia de Covid-19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde em 15 de março de 2020, tornou ainda mais visíveis as desigualdades sociais no Brasil. As populações empobrecidas das periferias das cidades são as que mais têm sofrido com a situação, seja em função de suas condições de habitação, ou pela necessidade de transitar pelas ruas, utilizando meios de transporte público, sem poder parar de trabalhar. Estando em constante circulação, o risco de contaminação só faz aumentar.

Por sua vez, camponeses/as, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de agroextrativistas, pescadores/as, sobretudo os que vivem nas florestas e em seu entorno também são vulneráveis na pandemia. Isso porque a invasão de suas terras, bem como de Unidades de Conservação federais e estaduais, por aqueles que atuam em prática ilegal de garimpagem, desmatamento, não parou com a pandemia, pelo contrário, se ampliou. E assim o vírus foi se alastrando nas comunidades.

Redes de solidariedade

Com a sabedoria dos povos que sabem conviver com a floresta, um

grande movimento humanitário se formou para acudir as famílias mais vulneráveis da Amazônia. Uma rede de organizações se mobilizou em solidariedade a agricultores/as familiares, agroextrativistas, indígenas e quilombolas em áreas de atuação do Fundo Dema. O destaque foi para o protagonismo de grupos de mulheres na luta contra a covid-19, com a produção de máscaras e na distribuição de cestas de alimentos agroecológicos, materiais de limpeza e de higiene para as comunidades.

Em Santarém (PA), por exemplo, uma articulação realizada pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR), que integram o Fundo Autônomo de Mulheres Rurais Luzia Dorothy do Espírito Santo, juntamente com a Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Mojuí dos Campos (Flores do Campo), Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Terra Santa (AMUTRAMTS) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), proporcionou a distribuição de cestas de alimentos agroecológicos, por meio de ação emergencial, beneficiando mais de 120 famílias no território.



Mulheres protagonizam ações de solidariedade com doação de alimentos

A VACINA É A ÚNICA FORMA PARA

A história mostra que a ciência aponta



Rónóre Gavião, de 105 anos, da etnia Gavião, foi a primeira indígena vacinada no Pará

Há 41 anos a varíola foi erradicada no Brasil. Precisamente em 8 de maio de 1980, cientistas anunciaram o fim desta doença que acompanhou a humanidade por 3 mil anos. Com a vacinação, conseguiram exterminar uma das piores, mais cruéis e catastróficas moléstias infectocontagiosas que já surgiu no planeta. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a varíola matou mais de 300 milhões de pessoas. Esse número é bem superior ao de outras moléstias, como a tuberculose, a hanseníase, a gripe espanhola, a peste e até mesmo a Aids. Outras doenças graves como o Sarampo, a Meningite, a Coqueluche e a Hepatite também estão controladas hoje em dia graças ao grande número de pessoas vacinadas. A queda no número de casos de doenças graves como caxumba, gripe, poliomielite, rubéola, sarampo e tétano também é resultado da vacinação, graças ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Programa Nacional de Imunização.

Desde o início de 2020 temos revi-

vido este medo mundial. A pandemia de covid-19 já atingiu mais de 120 milhões de pessoas infectadas e mais 2,5 milhões de morte em todo o mundo. No Brasil, já foram registrados mais de 11.7 milhões casos, com mais de 287 mil mortes. Os/as especialistas alertam a todo momento para a manutenção do distanciamento social, do uso de máscaras e da higienização das mãos para tentar controlar a contaminação até atingirmos a vacinação da população em massa.

Médicos/as infectologistas afirmam, também, que as vacinas são seguras e têm nos protegido de muitas doenças ao longo da nossa história. Elas agem na defesa do nosso organismo contra vírus e bactérias, seres minúsculos, que só podem ser vistos por microscópios, mas causam grandes estragos no nosso corpo. Ao longo da história, com a criação das vacinas, milhares de vidas foram poupadas a partir da vacinação em massa.

Rede de proteção e solidariedade
Uma rede de organizações e movi-

mentos sociais possibilitou uma grande onda de mobilização para proteger as comunidades de agricultores/as familiares, agroextrativistas, aldeias indígenas e as comunidades quilombolas em todas as áreas de atuação do Fundo Dema. Ao perceberem o intenso perigo do vírus e na tentativa de amenizar os impactos do contágio, ou até mesmo impedi-lo, as populações tradicionais passaram a barrar a entrada de pessoas que não fossem moradores do território e a controlar o fluxo de saída das famílias.

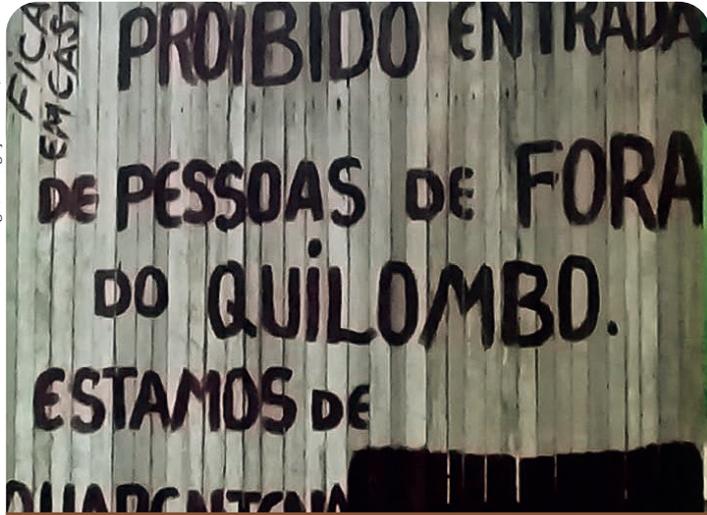
Desde que souberam da pandemia, em março de 2020, os indígenas Xipaya da Aldeia Tukamã, localizada na região do Xingu (PA), buscaram agir imediatamente, orientando as famílias a se isolar no território. De acordo com Ney Xipaya, inicialmente essa foi a forma de garantir a prevenção à comunidade. “A única entrada de pessoas foi da equipe da Funasa [Fundação Nacional de Saúde], fora isso, a gente suspendeu todas as ações, até mesmo da associação. Suspendemos tudo para justamente não correr o risco de contaminar ninguém. E no caso de descida de alguém para a cidade, só com autorização do cacique ou da presidência, comprovando que tem a real necessidade de fazer essa logística. Não fizemos mais festividades também, e a gente não teve nenhum caso registrado na aldeia”.

Além de fechar seus territórios, lideranças locais se mobilizaram para produzir máscaras, que foram doadas juntamente com materiais de higiene e cestas de alimentos às populações do campo e da floresta. “A gente conseguiu a doação de sabão e também de xarope, o que ajudou muito no suporte com os medicamentos caseiros que a comunidade já faz. Mas como a gente também trabalha com muito remédio caseiro, a gente não solicitou muito das doações. Graças a Deus a

* Movimento que nega os riscos de doenças e os benefícios da vacinação. É um movimento que gera desinformações que ameaçam a saúde coletiva. “Segundo a OMS, os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus das doenças, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação. Fonte: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33659>

NOS DEFENDER DO CORONAVÍRUS

os caminhos para vencer a pandemia.



Populações tradicionais fazem barreiras em seus territórios

gente tem um atendimento próprio de fabricação de remédios caseiros para atender a comunidade”, relata Ney.

Vimos em todo o Brasil que, com excedente de produção, comunidades camponesas doaram alimentos para famílias mais vulneráveis e trocaram produtos com seus vizinhos. O destaque foi para o protagonismo de grupos de mulheres na luta contra a covid-19, com a produção de máscaras de algodão e na distribuição das doações de cestas de produtos alimentícios não perecíveis, de limpeza e de higiene para as famílias nas comunidades, doadas por organizações da sociedade civil.

Não acredite em Potoca! #Vacina Parente

Com o objetivo de combater fake news (notícias falsas) sobre vacinas contra a Covid-19, mobilizar para a imunização dos povos indígenas e combater a exclusão de parcela significativa da população indígena no

Brasil do plano de vacinação, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) lançou a Campanha Vacina, parente!, pela vida de todos os povos indígenas no Brasil.

Fake news é uma expressão em inglês muito usada atualmente. Significa informações falsas, mentiras, potocas que têm causado muitos problemas em várias áreas da nossa vida. No caso da

vacinação, as mentiras podem causar perdas de vidas. Indígenas e comunidades quilombolas denunciam pastores religiosos e pessoas do movimento antivacina* que vem espalhando medo da vacinação em algumas comunidades.

Nas cidades também vemos algumas pessoas receosas em vacinar porque receberam mensagem no celular, vídeos com depoimentos mentirosos

sobre a vacinação e prevenção contra a Covid-19. No mundo das redes sociais, esse crime tem causado desconfiança com a vacinação e o aparecimento de doenças que já estavam exterminadas em determinadas regiões.

De acordo com o Beptry Xikrin, da aldeia Pykajakà, na Terra Indígena trincheira Bakajá, localizada na região do Xingu (PA), mesmo com dificuldades de acesso à internet, as famílias estão sendo orientadas sobre a importância da vacinação por meio do rádio. “Aos poucos estamos conseguindo conscientizar os parentes a vacinar por meio da Campanha Vacina Parente, mas precisamos fortalecer em algumas aldeias de difícil acesso e que não têm internet, somente rádio. As equipes estão frequentes nas áreas, com agentes de saúde indígena e lideranças estão orientando sobre medidas de prevenção como isolamento na aldeia, lavagem correta das mãos e uso de máscara. Fizemos informativo em parceria com a UFPA e com o DSEI [Distrito Sanitário Especial Indígena] construímos cartilhas com essas informações de prevenção, onde cada povo traduziu em sua língua materna”, informa.



Campanha rebate informações falsas e alerta indígenas para a importância de se vacinar

QUILOMBOLAS TÊM DIREITO RECONHECIDO PARA VACINAÇÃO PRIORITÁRIA

Com mais de 2.200 casos confirmados e 54 óbitos no Estado do Pará, registrados até fevereiro deste ano, segundo levantamento realizado pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) em parceria com o Instituto Sacada, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), as populações quilombolas são uma das que vêm sofrendo com o avanço da Covid-19 nos territórios tradicionais. Neste mês de fevereiro, estas populações tiveram o direito reconhecido enquanto grupo prioritário para receber as vacinas em caráter emergencial. A conquista foi obtida por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)*, solicitada pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos população ao Superior Tribunal Federal (STF), e que foi aprovada pelo mesmo, favorecendo a ação. Quem fala um pouco mais sobre

os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Pará é Aurélio Borges, da Coordenação Executiva da Malungu.

FD: Como as comunidades quilombolas vêm tentando se prevenir em meio à situação de pandemia?

Aurélio: Em relação à vacinação das comunidades quilombolas, a gente tem enfrentado algumas barreiras, principalmente com as igrejas pentecostais e evangélicas nos territórios onde eles têm pregado o contrário ao que a gente vem desenvolvendo. No âmbito nacional, foi feita uma ADPF proposta pelos advogados da CONAQ, favorável às comunidades quilombolas como grupo prioritário da vacina. Agora estamos fazendo um levantamento de dados quantitativos por faixa etária de quilombolas a serem vacinados aqui no estado do Pará, e apresentar essa demanda para o Estado e também pra União. Já chegamos a 70% das comunidades e das famílias quilombolas levantadas. Estamos em reta final e temos a esperança que essas vacinas cheguem em todo o território quilombola e que a vacinação seja efetivamente feita no nosso povo.

FD: A parceria da Malungu com o Fundo Dema possibilitou a distribuição de medicamentos homeopáticos às comunidades quilombolas. Como tem ocorrido esta ação?

Aurélio: Nesse tempo de pandemia, as comunidades quilombolas, as lideranças vêm seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde [OMS], respeitando os decretos estadual, municipal, e também vêm se prevenindo com o uso de álcool em gel, uso

de máscara, lavagem das mãos para diminuir os riscos. Dentro das suas condições, essas comunidades vêm tomando medidas de isolamento, evitando ir à cidade, evitando aglomerações, inclusive reuniões. Estão tentando bloquear seus territórios, ramais, como a comunidade de Abacatal, por exemplo, colocando placas de aviso proibindo a entrada de pessoas que não são dessas comunidades.

FD: Quais os desafios a serem enfrentados e de que forma as comunidades têm sido estimuladas?

Aurélio: Dentro da parceira Malungu, Fundo Dema, Fundo Quilombola, dentro dos comitês gestores do Fundo Dema, a gente vem tratando da distribuição dos medicamentos e também da orientação para essas comunidades. A gente tem conseguido receber doações, que são repassadas para as comunidades junto com kits de higiene adquiridos em parceria com outros órgãos parceiros também. Fizemos vaquinha online e conseguimos recurso, aporte financeiro para a compra de cestas e kits de higiene. Recebemos doação do estado e recebemos kits através da parceria com o Fundo Dema. Com isso, a gente tem buscado se organizar de uma forma bem dinâmica e fazer a distribuição nos territórios quilombolas.

* A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um tipo de ação judicial prevista na Constituição Federal de 1988. Sua função é informar ao Supremo Tribunal Federal situações de violação de direitos humanos (ou preceitos fundamentais constitucionais) e viabilizar que se façam pedidos para decisões que reparem essas violações. Fonte: CONAQ (<http://conaq.org.br/noticias/adpf-742/>)



Aurélio Borges

PROJETO AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA

Informativo produzido por Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)/Fundo Dema

Jornalista Responsável: Élide Galvão 2238 DRT/PA **Textos:** Élide Galvão e Vânia Carvalho
Diagramação: Dah Passos **Tiragem:** 1.000 exemplares

APOIO:

FUNDO
AMAZONIA

REALIZAÇÃO:

FASE
Amazônia

FUNDO
DEMA
SOMOS A FLORESTA

